

A GREVE NAS FEDERAIS E OS BASTIDORES DO GOVERNO: arrocho salarial, precarização e privatização do ensino no Brasil

As precárias condições de trabalho e estudo no setor da educação vêm sendo postas em evidência através das atuais mobilizações: A Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), convocada pela ANDES-SN, teve início em 17 de maio de 2012 e até agora já são 50 instituições em greve por tempo indeterminado; Acompanhando a greve docente, estudantes de no mínimo 30 Universidades Federais também deflagraram greve estudantil; A FASUBRA, entidade nacional dos servidores das Universidades Públicas, possui indicativo de greve nacional para o dia 11 de junho; Para o dia 13 de junho está previsto o início da greve dos trabalhadores federais da educação básica, profissional e tecnológica, base do SINASEFE.

Desenha-se assim um quadro de uma das maiores mobilizações do setor da educação na última década. Há de se perguntar, nesse contexto, quais as causas geradoras de tais movimentos reivindicativos, analisados nas condições particulares e gerais a todas estas categorias em luta? Para a RECC não há dúvida: as greves em nível federal na educação só podem decorrer das contradições que as políticas educacional e econômica do Governo Federal vêm criando na última década.

A POLÍTICA EDUCACIONAL E ECONÔMICA NEOLIBERAL DO GOVERNO FEDERAL

Lula e Dilma se elegeram tendo que assumir como condição de suas gestões a continuidade do projeto global de reforma neoliberal do Estado e de compromisso deste com as demandas de uma economia capitalista em franca crise. Viu-se em 2007 apenas uma agonia desta crise, que já trouxe reflexos também ao Brasil, por exemplo, na afirmação em 2011 pelo Governo Federal de que não concederia aumento nenhum aos servidores públicos e que o repete nas atuais greves – arrocho salarial. Assim, seguem operando na lógica de enxugamento dos gastos públicos, a exemplo dos históricos cortes orçamentários de 2011 e 2012 na ordem de 50 e 55 bilhões de reais

respectivamente (na educação foram mais de 5 Bil!), na manutenção do pagamento inacabável da rolagem da dívida pública e da isenção fiscal e facilidades de instalação de empresas privadas (como Universidades Pagas) etc.

Na educação esta lógica se reproduz, considerando a peculiaridade de que o ensino superior público é peça chave na produção de conhecimento, potencial desenvolvedor de avanços tecnológicos e científicos – bastante necessários à produtividade das empresas capitalistas – e formadora de mão-de-obra qualificada barata. Assim, considerando todo um déficit de atendimento à população em especial no ensino superior (que abarca hoje não

mais do que 4% da juventude), conjuga-se uma necessidade populista de expansão do acesso sem o devido acompanhamento de investimentos públicos (fazendo com que Universidades e professores tenham que captar recursos por meio de fundações privadas, agências de fomento etc.), distorcendo matrizes curriculares e tornando precárias as condições de ensino e de trabalho para solidificar a submissão da educação às necessidades vorazes do mercado. É a visão gerencial e produtivista da educação, que deve corresponder lucrativamente ao emprego de capital. Assim opera a política educacional de Dilma (PT-PMDB).

ATAQUES AO ENSINO SUPERIOR: MATERIALIZAÇÕES DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Toda política de governo é refletida em seus programas e ações. Para travarmos uma luta de maneira consequente e eficaz é preciso ir além das lutas contra os efeitos gerados por tais políticas, identificando as causas e as medidas concretas contra o que combatemos. Isto deve orientar todo movimento atual de greve seja dos estudantes ou professores, pois inclusive as causas de nossas lutas mais latentes convergem no Governo Federal.

Em 2007 o Governo Lula aprovou o famigerado REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades). Ele é seu carro-chefe e integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo este o documento-guia do programa neoliberal “Todos Pela Educação” (da Rede Globo, Gerdau etc.). O REUNI procede com uma política de inchaço das universidades, pois possibilitou o aumento do número de matrículas em quase 100% sem, no entanto, prever na mesma medida a contratação de professores e servidores, nem expansão da infraestrutura (como salas de aula, bandejões, moradias universitárias etc.), muito menos da assistência estudantil, fundamental aos estudantes pobres. Adicione a esta última a aprovação no apagar de luzes do governo Lula, dia 31/12/10, do Decreto 7.416 que, na prática, proíbe o aumento do valor das Bolsas Permanência e não permite conciliação desta com bolsas de outra natureza. Reivindicamos, então, a revogação imediata deste decreto e a equiparação das Bolsas Permanência ao salário

mínimo.

Assim, o REUNI operou uma expansão sem qualidade, gerando efeitos como a sobrecarga de trabalho docente, dissociações entre ensino-pesquisa-extensão devido às extenuantes horas-aula exigidas em sala, aumento de professores temporários, incapacidade de atendimento com as parciais políticas de Assistência Estudantil etc. E isto não é apenas um “problema financeiro”, como pretendem argumentar alguns governistas, mas sim uma opção política bem definida pelo Governo. Se nossas expectativas anteriores à aprovação do REUNI eram ruins, pois só previa aumento de 20% de verba para 100% de expansão, sua prática se demonstrou um inferno: apenas 46% dos 3,5 milhões de metros quadrados de obras previstas foram concluídas; da meta de aplicação até 2011 em R\$5.2 bi, apenas R\$2.8 bi foram empregados, de acordo com o Portal da Transparência. Ou seja, o Governo pretendia um “aproveitamento” das poucas condições de infraestrutura e pessoal já existente, casando isto com seu projeto neoliberal-desenvolvimentista.

Exigimos sim uma expansão da universidade pública, lutando para que em médio-longo prazo consigamos conquistar o Acesso Livre no ensino superior, mas tal expansão deve dar plenas condições de estudo e trabalho nas universidades públicas ao povo. E, definitivamente, não é isso que o REUNI faz.

Tal como alertado anteriormente à aprovação do REUNI de que este nos traria consequen-

cias negativas (e que hoje se verifica a exatidão de tal alerta), **devemos denunciar e combater o caráter similar presente no novo Plano Nacional da Educação, o PNE 2011-2020, antes que o mesmo solidifique a precarização e mercantilização geral da educação.** Este é um programa de governo que ganhará contorno de política de Estado e estará em vigor por mais uma década através de um conjunto de metas e estratégias que dá continuidade ao último decênio (2001-2010) e ao PDE de 2007.

Este PNE sistematiza e aprofunda praticamente todas as principais políticas e metas neoliberais adotadas pelo governo Lula-Dilma. Pretende impor desde o ensino básico ao superior a elevação desproporcional de alunos por professor e uma taxa alta de conclusão média dos cursos (que se transformam em aprovações-automáticas para maior rotatividade de vagas, como bem sabemos), a exemplo do REUNI. Como demonstra o já aprovado PRONATEC, programa que estabelece parceria com o Sistema “S” (SESC, SENAI, SESI etc.), as metas do PNE se dirigem a dar maior peso ao setor privado da educação, ampliando o investimento direto de verba pública nos estabelecimentos de ensino privado, tal como faz o ProUNI e o FIES – este é uma arma de endividamento dos estudantes pobres. Ademais, ao pretender “universalizar” o ensino fundamental e aumentar as matrículas no ensino superior, prevê para isso utilizar massivamente, principalmente nos cursos de licenciatura, o

Ensino à Distância (EaD), metodologia que é opção do governo justamente por ser de baixíssimo custo de manutenção (inclusive com baixa remuneração dos orientadores) e por garantir uma formação rápida, porém com qualidade notadamente inferior a do ensino presencial. Há no PNE, portando, o **aproveitamento da lógica de expansão precarizada do ensino, da formação escolar/acadêmica voltada unicamente às demandas do mercado e de fomento direto à educação privatizada, em detrimento da**

pública. A luta pelos 10% do PIB para a Educação na boca daqueles que não pretendem combater o PNE será uma palavra de ordem dos charlatões governistas pois estará, ao fim, defendendo mais verba à educação privatizada. É a luta contra o PNE Neoliberal de Dilma/PT, portanto, a bandeira principal que deverá unir a luta dos estudantes à dos professores de todas as modalidades de ensino e cantos do Brasil por uma educação pública de verdade.

A privatização sistemática da Educação

facilita a mercantilização da mesma, abrindo espaço para o investimento de um capital privado voltado para as demandas do mercado de trabalho. Isso significa que o caráter essencial da universidade (formação com conhecimentos integrais e críticos) está se perdendo dia após dia. A universidade acaba se tornando apenas um centro formador de mão de obra barata e qualificada que atenderá as demandas de um mercado de trabalho cada vez mais precarizado e excludente.

SUPERAR O “GREVISMO” E ORGANIZAR PELA BASE A LUTA COMBATIVA

A Greve é a principal arma dos trabalhadores e estudantes na luta por nossos direitos. No entanto, o sindicalismo no Brasil, sobretudo dirigido pelas forças políticas governistas (PT, PCdoB etc.), está imerso numa prática onde, ao invés do sujeito protagonista da luta ser a própria categoria em constante mobilização, esta fica secundarizada, pois está submetida aos trâmites parlamentares. A lógica imperante é de que a diretoria do sindicato faz apenas pressões econômicas frente ao governo e, politicamente, apoia os partidos que dizem representar os trabalhadores no parlamento. Na medida em que se ganha mais espaço parlamentar, mais o sindicato se atrela a essa prática política e passa a pressionar parlamentares, para que esses

pressionem os governos, inclusive chamando voto em certos candidatos nos períodos eleitorais.

Verificamos aí um problema. Em termos de concepção de luta, as greves não são entendidas como o enfrentamento direto da categoria contra o governo. Elas são formas de chantagear indiretamente parlamentares para que estes façam pressão perante o governo. A categoria fica submetida a uma disputa que, em última instância, ela sequer poderá decidir outros rumos. Tudo é mediado entre diretoria sindical, parlamentares e governo nas limitadas mesas de “enrolação”. **O “grevismo” – a simples “parada no trabalho” – não transforma o**

poder em potencial que existe na massa da categoria em um poder real para arrancar suas pautas do governo. A Greve deve ser usada como arma de ação direta, onde a categoria deve estar mobilizada nas ruas e locais de trabalho, organizando seus pares para enfrentar política e materialmente o governo, e não simbólica e indiretamente. Por isso defendemos uma Greve que, além de manter uma prática de esclarecimento perante a população e profundos debates políticos nas bases, utilize outros instrumentos de pressão e mobilização como ocupações de Reitorias e órgãos públicos, trancamento de vias etc. Paralisar o estudo e o trabalho é apenas o primeiro passo: devemos nos organizar e ir às ruas!

SUPERAR O CORPORATIVISMO: CONSTRUIR A GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO

Há tempo a UNE deixou de representar os interesses dos estudantes para representar os interesses do governo no Movimento Estudantil, tal como a defesa que esta faz do novo PNE. Assim, esta é uma entidade governista que faz de tudo para blindar seu “patrão” de críticas, inclusive desorganizando os estudantes e freando as lutas. Enquanto a RECC convoca à luta contra o PNE neoliberal de Dilma/PT, a UNE charlatã “lutava” por mais verbas para o mesmo PNE e por sua aprovação imediata. O paragovernismo (PSOL/PSTU), por sua vez, organizou um plebiscito defendendo os 10% do PIB para a educação, se diluindo completamente neste campo governista e confundindo o que deveria ser o centro da luta no atual momento.

Os métodos de luta do tipo plebiscitos e pedidos de veto à presidência têm se mostrado impotentes perante as ofensivas do governo e do capital, e na Educação não é diferente. As ofensivas do governo e do capital que impõe a precariedade da educação exigem um combate consequente pelo Movimento Estudantil, ou seja, que supere os limites das cartas de apoio e pratique ações correspondentes ao nível dos problemas enfrentados. A atual Greve nas

federais não deve ser instrumento de sensibilização do “coração de pedra” do Governo: deve-se furar o bloqueio do consenso legalista e pacifista e impor ao inimigo o atendimento às legítimas reivindicações das categorias pela luta direta.

Precisamos compreender de forma global os problemas que atingem a Educação, isso significa entender que eles envolvem os professores, servidores, estudantes e terceirizados dos estabelecimentos de ensino e que a solução dos problemas exige a mobilização de todas essas categorias unificadas em luta. Para isso, os estudantes devem abraçar como sua a luta dos professores (como plano de carreira, melhores condições de trabalho, incorporação das gratificações e recuperação salarial); bem como os docentes devem defender as pautas estudantis (assistência estudantil, maior financiamento para educação pública, democracia nas universidades etc.) Uma ação coerente com os desafios postos significa, na atual conjuntura, a preparação de uma Greve Estudantil em todas as Federais, **construindo um Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE)** que se articule à base grevista da ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, na

construção da GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO.

Assim, apoiamos a luta dos professores por melhores salários, mas também contra a precarização da universidade pública, contra o repasse de dinheiro público para o ensino superior privado, pela efetivação dos professores e servidores terceirizados e abertura de concursos públicos. No entanto não nos basta apenas o apoio acrítico ao movimento dos professores. Prática similar à de 2011 deve ser abandonada, onde ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA estavam descompassadas em suas greves ou negociações com o governo: defendemos uma aliança em que estudantes, professores, servidores e terceirizados protagonizem Assembleias Comunitárias locais, regionais e nacional com delegados imperativos e revogáveis eleitos nas bases para a efetivação da unidade. Devemos também levantar as bandeiras do movimento estudantil, que está em estágio de reorganização nacional, e só organizados pela base conseguiremos apoiar à luta dos trabalhadores do ensino e conquistar nossas próprias demandas.

30 IFES COMO A UNB E A UFF JÁ ESTÃO REALIZANDO GREVE ESTUDANTIL

A Greve Estudantil nem nasce pronta e nem é impossível de ser realizada. Ela precisa sim ser construída, o que exigirá o trabalho de base necessário para criar uma real mobilização. Para isso, as pautas estudantis precisam ser postas conjuntamente com as pautas dos professores e demais trabalhadores da educação (efetivos ou terceirizados), ligando as especificidades às lutas transversais, como o “Abaixo o PNE neoliberal de Dilma/PT”.

O desafio para o ME está lançado. Precisamos superar o reboquismo das cartas de apoio e nos tornarmos sujeitos ativos na luta por uma educação a serviço do povo. Isso significa unidade na luta combativa com as categorias dos trabalhadores da educação. Isso significa entender o momento da atual Greve docente como uma forma de potencializar a luta estudantil combativa e independente, e de maneira geral a luta por melhores condições de

trabalho e estudo.

Estudantes e trabalhadores da educação: devemos estar unidos. Romper com o governismo que paralisa nossas entidades e o corporativismo que segrega nossa classe é o início da visão e da luta por uma educação não mercadológica, que tenha qualidade para a formação de sujeitos sociais emancipados, e esteja a serviço da classe trabalhadora: uma educação popular.

Barrar a ofensiva neoliberal com greve geral na Educação!

Abaixo o novo PNE Neoliberal de Dilma/PT-PMDB!

Revogação do Decreto 7.416/10! Equiparação das Bolsas Permanência ao Salário Mínimo!

Por uma educação a serviço da classe trabalhadora!